

15 de agosto de 2026

CASAS BAHIA PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ nº. 43.167.610/0001-97

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

Em cumprimento às determinações legais da Resolução BCB nº 2 IN BCB nº 236, encaminhamos as demonstrações financeiras CASAS BAHIA PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A, que compreendem o relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Termo de Responsabilidade da Administração

A Administração da CB PAY SCD é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras estão de acordo com a práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CASAS BAHIA PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Assinado por:



5B197663F92C4CB...
Luis Gustavo de Almeida Puzzello
Diretor Estatutário

Assinado por:



FE6EBCB17AA4EB...
Josué Anjos Nascimento
Contador – CRC SP-337150



A conta digital dos
brasileiros.

BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	2
Balanços Patrimoniais	5
Demonstração do Resultado.....	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	10

Relatório da Administração

Apresentação

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras individuais da Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda. (“Casas Bahia pay SCD” ou “Instituição”) relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho do exercício

O resultado do período foi gerado pela aplicação em títulos e valores mobiliários. O lucro líquido do período foi de R\$ 4.266 em 2026 (R\$ 1.700 em 2025).

Diretoria Executiva

Vital Flores Leite

Diretor Presidente

Luis Puzello

Diretor Estatutário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e à diretoria da

Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casas Bahia Pay Instituição de Pagamento Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – situação econômico-financeira de seu grupo controlador

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve os eventos e condições relacionados à continuidade operacional da Instituição. Conforme divulgado na referida nota explicativa, tais eventos e condições decorrem principalmente da situação econômico-financeira de seu grupo controlador e de seus potenciais efeitos reflexos sobre a Instituição, incluindo a baixa de ativos fiscais diferidos, a dependência relevante de receitas, operações e suporte do grupo econômico e os planos da Administração para preservação da estrutura patrimonial e operacional. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo

Felipe Fanton Schiavo

Contador CRC SP-324473/O

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Balanços Patrimoniais em

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	jun/2026	dez/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.359	1.462
Ativos financeiros		18.507	16.039
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	5	18.507	16.039
Ativos fiscais		145	123
Impostos e contribuições a compensar		93	106
Ativos fiscais diferidos	11	52	17
Outros ativos		1.802	-
Total do ativo		24.813	17.624

Passivo	Nota	jun/2026	dez/2025
Outros passivos		1.197	433
Outras contas administrativas		1.193	80
Valores a pagar – ligadas		4	353
Passivos fiscais		3.653	1.464
Correntes	11	3.653	1.464
Patrimônio líquido	6	19.963	15.727
Capital social		15.400	10.000
Reservas de lucros		4.563	5.727
Total do passivo		24.813	17.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Demonstração do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>jun/2026</u>	<u>jun/2025</u>
Ganhos com ativos financeiros		5.102	2.664
Títulos e valores mobiliários	7	5.102	2.664
Receitas não de juros		3.589	4
Receitas de prestação de serviços	8	3.528	-
Outras receitas operacionais		61	4
Despesas não de juros		(1.476)	(100)
Despesas administrativas	9	(725)	(94)
Outras receitas/(despesas) operacionais	10	(751)	(6)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		7.215	2.568
Tributos sobre o lucro	11	(2.950)	(868)
Diferidos		35	(860)
Correntes		(2.985)	(8)
Lucro líquido do semestre		4.265	1.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	jun/2026	jun/2025
Lucro líquido do semestre	4.266	1.700
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	4.266	1.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Capital Social	Reservas			Lucros Acumulados	Total
		Legal	Dividendos	Reserva de lucro		
31 de dezembro de 2024	10.000	128	13	2.406	-	12.547
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.700	1.700
Distribuição de dividendos	-	-	(13)	-	-	(13)
30 de junho de 2025	10.000	128	-	-	1.700	14.234
31 de dezembro de 2025	10.000	288	30	5.409	-	15.727
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.266	4.266
Aumento de capital social	5.400	-	-	(5.400)	-	-
Dividendos pagos	-	-	(30)	-	-	(30)
30 de junho de 2026	15.400	288	-	9	4.266	19.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	jun/2026	jun/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	4.266	1.700
Ajustes ao lucro líquido	(35)	860
Tributos diferidos	(35)	860
Variação em ativos e passivos	(1.304)	(824)
(Aumento)/redução em ativos	(4.257)	(471)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(2.468)	5
Impostos e contribuições a compensar	13	(476)
Outros ativos	(1.802)	-
Aumento/(redução) em passivos	2.953	(353)
Valores a pagar – ligadas	(349)	(72)
Outras contas administrativas	93	4
Outros passivos não financeiros	1.020	-
Passivos fiscais	2.189	(285)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	2.927	1.736
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(30)	(13)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de financiamento	(30)	(13)
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.897	1.723
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.462	338
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4.359	2.061
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.897	1.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Ltda. (“CB Pay SCD” ou “instituição”) é autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que se propõe a ser uma plataforma completa de serviços financeiros, com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes.

A controladora da CB Pay SCD, Casas Bahia, encontra-se em processo de reestruturação financeira e realinhamento de sua estrutura operacional, assim como buscando opções de financiamento que possam contribuir para a melhoria de seu fluxo de caixa e manutenção de capital de giro para fins de continuidade operacional. A administração da CB Pay SCD avaliou a situação em relação às suas próprias operações e, ainda que as operações da CB Pay SCD tenham forte vínculo com as operações de seu controlador, não foram identificados fatores que pudessem afetar a capacidade de operação da CB Pay SCD ou comprometimento da sua carteira de recebíveis.

A Instituição é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na Rua Flórida no 1.970, Brooklin, São Paulo – SP.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 – Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição e requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, que possuem riscos referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, desta forma, os montantes reais podem diferir destas estimativas, impactando determinados ativos, passivos, receitas e despesas nos períodos demonstrados, sendo as principais estimativas relacionadas a vida útil de ativos, a realização dos ativos fiscais diferidos, a provisão para contingências e o valor justo dos ativos financeiros.

2.2 – Novas Normas, Alterações e Interpretações aplicáveis a períodos futuros

- Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.
- Resolução CMN nº 5.252/21 - Ativos e Passivos de Sustentabilidade - Define critérios para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As alterações serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.
- Resolução CMN nº 5.281/26 - Ativos Virtuais - Estabelece critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos relacionados à prestação de serviços com ativos virtuais, aplicáveis prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. A Instituição não mantém ativos dessa natureza, portanto, não são esperados impactos materiais.

3. Políticas contábeis materiais

3.1 – Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.2 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Instituição.

3.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos das aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

3.4 – Ativos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

3.4.1 – Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios em que são administrados e suas características de fluxos de caixa (*SPPI Test – Solely Payment of Principal and Interest Test*).

3.4.2 – Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- a) *Custo amortizado*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.
- b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*: utilizada quando os ativos financeiros são administrados tanto para receber os fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para venda.
- c) *Valor justo por meio do resultado*: utilizada para os ativos financeiros que são administrados somente para venda e/ou seus fluxos de caixa não são constituídos apenas por pagamento de principal e juros.

3.4.3 – Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Classifica em três níveis as informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A hierarquia de valor justos prioriza os preços cotados (dados observáveis e não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos e dá a mais baixa prioridade as informações originadas de dados não observáveis.

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.;

Nível 3 – Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

3.5 – Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são realizadas conforme as disposições dos contratos firmados entre as partes.

3.6 – Imobilizado

O imobilizado é contabilizado custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear.

3.7 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente.

A CB Pay reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* são mensurados com base nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e *softwares* desenvolvidos internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais podem ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionam novas funcionalidades, e/ou estendem o uso ou aplicações de ativos identificados já existentes.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso e são amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil estimada de 5 anos.

3.8 – Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos não financeiros são avaliados ao final de cada período com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a perda será reconhecida imediatamente na demonstração do resultado do período. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

3.9 – Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.10 – Pagamento baseado em ações

O BanQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do BanQi no capital do GCB e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído a estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas do GCB.

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da BanQi podem receber remuneração que é baseada em ações, liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo Casas Bahia ou em dinheiro.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não

exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas.

No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.11 – Depósitos contas de pagamento pré-pagas

Correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, sem remuneração aos clientes e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.12 – Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes são classificados como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aqueles de perda provável, de acordo com a estimativa do valor de perda, considerando a opinião de assessores jurídicos, a natureza das demandas judiciais e o posicionamento dos tribunais para causas semelhantes. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>jun/2026</u>	<u>dez/2025</u>
Disponibilidades – depósitos bancários	4.359	1.462
Total	4.359	1.462

5. Ativos financeiros

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	<u>jun/2026</u>	<u>dez/2025</u>
Circulante		
Títulos e valores mobiliários – livres		
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios – Nível 1	18.507	16.039
Total	18.507	16.039

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Instituição é de R\$ 15.400, sendo dividido em 15.400.000 (quinze milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias, sem valor nominal.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor de R\$ 5.400.000 está registrado em conta específica do patrimônio líquido até a aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, conforme regulamentação vigente.

Sócios	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	15.400.000	15.400.000	100%

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

c) Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2026 houve pagamento de dividendos no valor de R\$ 30.

7. Ganhos com ativos financeiros

	jun/2026	jun/2025
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Valorização de cotas de fundos de investimento	5.101	2.664
Mensurados ao custo amortizado		
Rendas de títulos de renda fixa – CDB	1	-
Total	5.102	2.664

8. Receitas de prestação de serviços

	jun/2026	jun/2025
Receitas de prestação de serviços*	3.528	-
Total	3.528	-

* correspondem as receitas relacionadas a vendas ou transferências de ativos financeiros de operações de crédito

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

9. Despesas administrativas

	jun/2026	jun/2025
Processamento de dados	434	-
Serviços técnicos especializados	265	93
Outras	26	-
Total	725	93

10. Outras despesas operacionais

	jun/2026	jun/2025
Tributos sobre receitas financeiras	378	-
Multas e penalidades	295	4
Juros pagos	78	3
Total	751	7

11. Tributos sobre o lucro

a) Cálculo dos tributos incidentes sobre o lucro

	jun/2026	jun/2025
Resultado do período antes da tributação	7.215	2.568
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 42,5%	(3.066)	(873)
Outras diferenças permanentes	116	5
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(2.950)	(868)
Diferido reconhecido por meio do resultado	35	(860)
Corrente reconhecido por meio do resultado	(2.985)	(8)
Receitas/(despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquidos	(2.950)	(868)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldo em jun/2025	Constituição	Realização /Reversão	Saldo em jun/2026
Refletido no resultado	46	42	(36)	52
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	36	-	(36)	-
Provisão para despesas correntes	10	42	-	52
Total	46	42	(36)	52

12. Gerenciamento de Riscos

12.1 Segmentação e Estrutura de Riscos e Capital

O gerenciamento do risco e a alocação de capital da Casas Bahia Pay SCD são estruturados estritamente com base no arcabouço regulatório do Banco Central do Brasil (BCB) aplicável às Instituições de Pagamento.

Nos termos da Resolução BCB nº 436/2024, a instituição enquadra-se como conglomerado prudencial do Tipo 3, classificando-se no Segmento S5 para fins de aplicação da proporcionalidade da regulação prudencial. Em consonância com esse enquadramento, a governança de riscos e a apuração de capital adotam os critérios da Resolução BCB nº 201/2022.

A instituição mantém uma estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, proporcional à complexidade de suas operações, apurando o Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) para assegurar a solidez econômico-financeira.

Ressaltando que, a partir de novembro de 2025, o Casas Bahia Pay SCD passou a observar o novo marco prudencial instituído pela Resolução Conjunta CMN/BCB nº 14/2025, complementado pela Resolução BCB nº 517/2025. Essas regulamentações definem a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido, baseado nas atividades efetivamente exercidas pela instituição, reforçando a necessidade de adequação contínua do capital, proporcional à complexidade das operações conduzidas pela instituição.

12.2. Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez visa garantir que a Casas Bahia Pay SCD possua recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, mesmo em cenários de estresse.

A estrutura de controle obedece às diretrizes da Resolução BCB nº 207/2022 e Resolução CMN nº 4.616/2017 (e regulações complementares aplicáveis), que estabelece as metodologias de cálculo e os requerimentos de liquidez, mesmo que não aplicável, a instituições do segmento S5. As principais métricas de acompanhamento é o LCR (Indicador de Liquidez de Curto Prazo) e NSFR (Indicador de Liquidez de Longo Prazo).

A instituição mantém um estoque de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) compatível com o limite regulatório do LCRS, garantindo a resiliência do fluxo de caixa e a continuidade das operações de pagamento.

12.3. Risco de Crédito e Contabilidade de Instrumentos Financeiros

Embora a atuação principal seja como Sociedade de Crédito Direto, as exposições que geram risco de crédito são monitoradas e mensuradas de forma contínua.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação contábil dos instrumentos financeiros, bem como a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, seguem rigorosamente os ditames da Resolução BCB nº 352/2023 e Resolução CMN nº 4.966/2021.

O modelo de perdas esperadas considera informações históricas, presentes e projeções futuras (forward-looking) para garantir que o balanço reflita adequadamente o valor recuperável dos ativos, aderente às normas específicas para SCDs.

12.4. Hierarquia de Apreçamento de Investimentos

Para assegurar a correta avaliação de risco de mercado e a liquidez do caixa da instituição, os ativos financeiros que compõem a tesouraria e as garantias do arranjo de pagamento são rigorosamente monitorados e precificados com base na Hierarquia de Valor Justo, conforme ditames da Resolução BCB nº 352/2023 e Resolução BCB nº 334/2023.

A estrutura classifica a exposição aos riscos de precificação e liquidez em três níveis, garantindo que o Comitê de Riscos atue preventivamente sobre ativos de menor liquidez:

Quadro 1 – Hierarquia de valor justo e risco de investimentos

Nível de Apreçamento	Critério Regulatório e de Risco	Perfil de Ativos (Casas Bahia Pay SCD)	Estratégia de Mitigação
Nível I	Preços cotados e disponíveis em mercados ativos para instrumentos idênticos.	Títulos Públicos Federais (LFTs) e Cotas de Fundos de Investimento com liquidez diária.	Risco Baixo. Liquidação imediata, foco em garantir a cobertura diária de saldos em contas de pagamento (regra do BCB).
Nível II	Modelos de precificação baseados em dados diretamente ou indiretamente observáveis no mercado.	CDBs (Certificados de Depósito Bancário), e demais relações interfinanceiras de curto prazo.	Risco Moderado. Acompanhamento contínuo dos spreads de crédito, taxas de juros (CDI/Selic) e rating da instituição emissora.
Nível III	Modelos internos que utilizam premissas não observáveis ativamente no mercado (inputs não observáveis).	Cotas Subordinadas de FIDC e instrumentos restritos.	Risco Alto. Exige avaliações por modelos de fluxo de caixa descontado, testes de impairment (perda recuperável) e controle estrito da Diretoria de Riscos.

12.5. Risco Social, Ambiental e Climático (PRSAC)

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) da Casas Bahia Pay SCD está totalmente integrada à sua governança de riscos corporativos, cumprindo os requisitos de proporcionalidade exigidos para conglomerados do Tipo 3, conforme a Resolução BCB nº 331/2023.

O gerenciamento atua na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos sociais, ambientais e climáticos associados às atividades da instituição e de seus parceiros de negócios. Adicionalmente, a instituição estrutura seus processos para a divulgação tempestiva do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), em conformidade com as Resoluções BCB nº 139/2021 e nº 445/2024.

12.6. Risco Operacional e Prevenção a Fraudes

O gerenciamento de risco operacional engloba falhas em processos internos, pessoas, sistemas (risco cibernético) e eventos externos. Dada a natureza digital e transacional da Casas Bahia Pay SCD, a prevenção a fraudes é um pilar crítico.

Além dos rigorosos controles de PLD/FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo) e KYC (Know Your Customer), a instituição atua em total conformidade com a Resolução BCB nº 343/2023. O modelo contempla mecanismos sistêmicos para o compartilhamento de dados e informações sobre indícios de fraudes com as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional, garantindo a interoperabilidade da segurança e a mitigação ágil de ameaças em sua rede de pagamentos.

14.6 Quadros Obrigatórios de Análise Normativa (Segmento S5)

Quadro 2 – Matriz de enquadramento e requisitos prudenciais (S5)

Categoria de Risco / Requisito	Base Normativa Aplicável	Mecanismo de Controle e Apuração (Casas Bahia Pay SCD)
Enquadramento Prudencial	Resolução BCB nº 436/2024	Conglomerado Tipo 3 / Segmento S5.
Capital (Solvência)	Resolução BCB nº 201/2022	Apuração mensal do PRS5 (Patrimônio de Referência Simplificado). O Capital Principal deve cobrir as parcelas de risco de crédito (RWAcS), risco de serviços de pagamento (RWAsp) e operacional (RWAs).
Liquidez	Resolução BCB nº 207/2022 Resolução CMN nº 4.616/2017	Monitoramento diário do LCR (Liquidez de Curto Prazo) e NSFR (Liquidez de Longo Prazo). Manutenção de Ativos Líquidos.
Risco de Crédito (Contábil)	Resolução BCB nº 352/2023 Resolução CMN nº 4.966/2021	Apuração de Perdas Esperadas em Instrumentos Financeiros.

Casas Bahia Pay Sociedade de Crédito Direto Ltda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Categoria de Risco / Requisito	Base Normativa Aplicável	Mecanismo de Controle e Apuração (Casas Bahia Pay SCD)
Risco Operacional / Fraudes	Res. BCB 201/2022 e 343/2023	Matriz de perdas operacionais, BCP (Plano de Continuidade) e interoperabilidade de indícios de fraude (Res. 343).
Risco SAC (ESG)	Res. BCB 331/2023 e 139/2021	Matriz de exposição PRSAC e reporte anual do Relatório GRSAC.

13. Resultados não recorrentes

A CB Pay SCD não possui resultados não recorrentes para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

14. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes para divulgação.